

Copyright © 2011 Monica Duarte Dantas

Publishers: Joana Monteleone/ Haroldo Ceravolo Sereza/ Roberto Cosso

Edição: Joana Monteleone

Editor assistente: Vitor Rodrigo Donofrio Arruda

Assistente editorial: Patrícia Jatobá U. de Oliveira

Assistente de produção: João Paulo Putini

Projeto gráfico, capa e diagramação: Patrícia Jatobá U. de Oliveira

Revisão: Ana Paula Marchi Martini

Este livro foi financiado com o auxílio do PROAP/CAPES

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R35

Revoltas, motins, revoluções : homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX /
organização Monica Duarte Dantas. - São Paulo: Alameda, 2011.
570p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7939-094-4

1. Revoltas - Brasil - História - Séc. XIX. I. Dantas, Monica Duarte, 1972-.

11-3134.

CDD: 981.04

CDU: 94(81)

026831

ALAMEDA CASA EDITORIAL
Rua Conselheiro Ramalho, 694 – Bela Vista
CEP 01325-000 – São Paulo – SP
Tel. (11) 3012-2400
www.alamedaeditorial.com.br

Capítulo IV

**Um exército de índios, quilombolas
e senhores de engenho contra os
“jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835**

Marcus J. M. de Carvalho

O principal líder da Cabanada em Pernambuco e Alagoas só foi preso quinze anos após o fim da rebelião. E isso graças a um ardil, que nunca ficou bem esclarecido, do marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, então presidente da província de Pernambuco. Sua principal missão como presidente era concluir a repressão à Rebelião Praieira, que chegara perto de ameaçar a unidade territorial entre 1848 e 1849.¹ Honório, todavia, decidiu também resolver um outro problema bem mais antigo. Foi ele quem finalmente conseguiu prender Vicente de Paula, o principal líder da Cabanada, a rebelião cujo fim havia sido festivamente comemorado pelo governo provincial no segundo semestre de 1835.

Até sua prisão em 1850, Vicente nunca deixou de ser um foco de preocupações para a classe senhorial e os agentes da ordem, por ser o maior líder da população que vivia nas matas entre Alagoas e Pernambuco, no vale do rio Jacuípe. Ao fugir, em 1835, levou consigo os "papa-méis", um batalhão de escravos foragidos que continuaria sendo sua guarda pessoal nos anos seguintes. Frei José Plácido de Messina esteve com ele em 1842. Para chegar na povoação fundada por Vicente de Paula, andou dois dias por matas onde o sol não entrava nem ao meio dia, segundo disse em seu pungente relato sobre um povo "semi-nu", que ainda praticava hábitos indígenas de casamento, apesar da fervorosa fé que votavam à igreja católica. Lá, fez centenas de batizados e casamentos, surpreendendo-se com o respeito da população por Vicente, um "semi-branco" paupérrimo, segundo seu relato. Ali, longe do alcance dos braços do Estado imperial, reinava a paz, pois, de

acordo com o frade, não havia assassinatos em Riachão do Mato.² Em 1845, diante dos continuados “roubos de escravos”, o governo provincial ofereceu um conto de réis pela captura ou morte de Vicente de Paula, o maior prêmio pela cabeça de alguém na primeira metade do século XIX em Pernambuco.

Nunca se soube exatamente que ardil foi utilizado para capturar o homem que, durante a Cabanada, entre 1832 e 1835, escrevia para aliados e inimigos, assinando-se General, ou Comandante, de Todas as Matas, ou talvez ainda mais pomposo: Comandante Geral do Imperial Exército de Sua Majestade Imperial Dom Pedro I.³ Deve ter sido uma trama muito bem urdida, pois Vicente não era ingênuo. Tinha uma vasta experiência no trato com as oligarquias locais e com sucessivos governos provinciais de Pernambuco e Alagoas. Entre 1832 e 1835 foi chamado para vários encontros, e sempre conseguiu escapar das tramas para capturá-lo. O mais provável é que Honório tenha-lhe oferecido a anistia e mais algumas compensações, quem sabe o posto de oficial da Guarda Nacional, que ele havia solicitado para si na década anterior. Em Fernando de Noronha, Vicente ainda comandaria uma rebelião de presos em 1853. Foi solto em 1861, aos 70 anos de idade.⁴

A Cabanada, todavia, não começou com Vicente de Paula. O que mais encantou os estudiosos da rebelião é que ela congregou índios, escravos fugidos, posseiros, proprietários rurais e seus dependentes, lutando pela volta de Pedro I ao trono do Brasil. Vicente de Paula comandava justamente os habitantes das matas, os cabanos propriamente ditos. Eram-lhe particularmente leais os índios e os negros fugidos, ou “roubados” dos engenhos próximos. Seu nome, todavia, somente aparece nas fontes no final de 1832. No ano seguinte, já era o principal líder a revolta. Todavia, a movimentação de tropas contrárias ao governo provincial na zona da mata e agreste, ao norte do Recife, começou bem antes. Para se entender a Cabanada, é preciso observar também um movimento bem mais elitista, visando derrubar o comandante das armas e o presidente da província: a Abrilada de 1832.

A Abrilada foi um levante, capitaneado por oficiais de primeira linha e de ordenanças, em resposta às reformas e demissões perpetradas pelas autoridades provinciais após a queda de Pedro I no dia 7 de abril de 1831. Joaquim Nabuco e os liberais coevos à Abdicação chamaram aquele evento de Revolução do Sete de Abril. Utilizavam o termo revolução assim, sem aspas. A historiografia posterior

deixou de lado esta expressão, afinal de contas, pouco mais de seis anos depois, começou o Regresso. Pedro II, por sua vez, alcançou a maioridade em 1840 e a centralização monárquica foi consolidada com as "leis reacionárias" de 1841/42. Assim, visto da perspectiva do futuro, o 7 de abril, como bem disse Teófilo Ottoni, foi a *journée des dupes*⁵ da história imperial brasileira. Todavia, em 1831, ninguém tinha em mãos uma bola de cristal para prever esses desdobramentos. Ali, naquele momento, o 7 de abril teve um impacto imenso sobre as estruturas de poder. Foi uma revolução.⁶

Em Pernambuco, o 7 de abril foi particularmente avassalador. No mesmo dia em que a notícia chegou, em 5 de maio, as tropas deixaram os quartéis, acompanhadas por vários membros das elites locais, com uma petição exigindo a demissão de vários oficiais e magistrados. Essa mobilização tem explicação. A queda de Pedro I em si não chegou a dividir demais as opiniões na província. Salvo exceções, a maior parte das elites locais encarou a abdicação com otimismo. Não foram poucas as comemorações. As aventuras de Pedro no Prata haviam exaurido os cofres públicos. O excessivo centralismo monárquico desgostava os próprios aliados de Pedro na província. Os Cavalcanti, por exemplo, que foram instrumentais na derrota da Confederação do Equador, sentiram-se injustiçados, pois embora Pedro sempre os prestigiasse, não os designou para o Senado, preferindo outros indivíduos. Holanda Cavalcanti inclusive figurava na oposição parlamentar, defendendo as prerrogativas das oligarquias locais em face de um estado cada vez mais Leviatã.

O problema, todavia, foi o radicalismo nos primeiros meses após o 7 de abril. A queda de Pedro, quase de imediato, significou, simplesmente, a anistia dos remanescentes da Confederação do Equador. Só isso, numa época em que os adversários do rei eram arcabuzados ou enforcados rapidamente, teve um impacto brutal na cena política provincial. Os rebeldes de 1824 que estavam escondidos reapareceram. Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente da Confederação, voltaria do exterior e viria a presidir a província em 1834. Antes disso, em outubro de 1831, seu irmão ocuparia aquela posição, saudando os habitantes numa proclamação efusiva. Era a volta dos liberais históricos, derrotados nos anos anteriores. Entre eles também estava Gervásio Pires Ferreira, abastado negociante, e talvez o principal adversário dos Cavalcanti na política provincial.⁷

Nos quartéis, após o 7 de abril, a ordem foi cindida de alto a baixo. Vários oficiais portugueses e brasileiros que haviam se destacando na repressão a 1824 foram simplesmente dispensados. Um deles, o próprio comandante das armas, foi exonerado em condições humilhantes. Outros oficiais, vinculados aos liberais históricos, foram promovidos. Os anistiados, reintegrados; entre eles dois oficiais condenados à morte em 1824, o coronel Barros Falcão e o capitão Carapeba, que estavam escondidos no interior. No dia 6 de maio de 1831, apenas vinte e quatro horas depois da chegada da notícia da abdicação, foram anuladas as condecorações concedidas aos oficiais, comandantes de milícias e ordenanças que combateram a Confederação do Equador. Entre os condecorados estavam dois ex-comandantes das armas da província, Bento José Lamenha Lins e Francisco José Martins. Entre as comemorações pela queda de Pedro I no Recife, em agosto, foi inaugurada a Praça dos Mártires da Pátria, colocando lado a lado os heróis de 1817 e 1824.⁸

A abdicação trouxe à tona discussões que haviam sido abafadas após a Confederação do Equador, mas que voltaram à ordem do dia nos últimos anos do Primeiro Reinado: o federalismo e o constitucionalismo. Em 1831, os federalistas constitucionais voltaram à carga, em torno da Sociedade Federal. Presidida por um professor da Faculdade de Direito, a Sociedade tinha como seu homem forte, e vice-presidente, ninguém menos do que o novo comandante das armas da província, o brigadeiro Paula e Vasconcelos. A maioria dos seus membros eram militares. Entre seus sócios desfilavam também veteranos de 1824. De acordo com a *Aurora Fluminense*, a Federal adquirira um caráter quase revolucionário em Pernambuco.⁹ Era essa também a opinião do presidente da Câmara Municipal do Recife, um senhor de engenho e negociante de escravos, que achava que a Sociedade Federal deveria ser simplesmente banida.¹⁰ O próprio Feijó, uma vez ministro da Justiça em dezembro de 1831, começou a se preocupar com os exaltados de Pernambuco e solicitou ao presidente da província que a mantivesse sob vigilância.¹¹ Essa preocupação com os rumos do 7 de abril era compartilhada por uma parte da própria elite local. Em junho de 1831, foi fundada a Sociedade Harmonizadora filiada à Sociedade Defensora no Rio de Janeiro. Nas folhas d' *O Harmonizador*, era reconhecida a importância do 7 de abril para a manutenção

do princípio da constitucionalidade, mas ficava explícito que somente a moderação, e a contenção dos excessos nativistas e federalistas, evitaria a guerra civil e a fragmentação do país.¹²

A tensão nos quartéis, todavia, já era grande antes da queda de Pedro. Foi isso que relatou o comandante das armas, que seria exonerado após o 7 de abril. Segundo ele havia oficiais absolutistas, liberais constitucionalistas e até republicanos dentro dos quartéis no Recife. Por essa razão, era difícil manter a disciplina, obrigando-o a remover sete oficiais de suas funções de comando.¹³ Os esforços da Harmonizadora não foram suficientes para conter os ânimos após a abdicação. Renovado pelas folhas que consideravam o 7 de abril a consolidação da Independência, o nativismo transbordou dos quartéis para as ruas, alcançando a população. Em setembro de 1831, os soldados de primeira linha rebelaram-se, tomando as ruas do Recife, quebrando a ordem militar, saqueando o comércio da cidade, derrubando o brigadeiro Vasconcelos do comando das armas. Esse episódio, a Setembrizada de 1831, deu ao governo provincial o pretexto para desmobilizar as tropas de primeira linha e entregar o policiamento da província à Guarda Municipal, modelo empregado em várias províncias, onde as tropas de primeira linha estavam sendo também desmobilizadas.

Em novembro, os oficiais de primeira linha brasileiros amotinaram-se exigindo a pronta exoneração dos oficiais lusitanos remanescentes, a demissão de oficiais e magistrados vinculados à "Coluna do trono e do altar"¹⁴ e a expulsão dos portugueses solteiros. Nem todas as demandas foram atendidas, mas o 7 de abril de 1831 representou uma significativa inversão política, uma "gangorra", como se dizia na época, na burocracia, no judiciário e no aparato militar provincial. Subiam Gervásio Pires, Manoel de Carvalho e os antigos liberais constitucionalistas federalistas das jornadas de 1817 e 1822-1824. Araújo Lima e os Cavalcanti continuavam influentes, muito influentes, tanto na Corte, como na província, mas já não detinham o monopólio das nomeações para cargos ou da distribuição de favores e benesses na província. À direita deles, os corcundas, os áulicos beneficiados nas promoções nas forças de primeira linha e na magistratura, estavam em apuros.¹⁵

Em 1832, portanto, havia muita gente poderosa que se sentia acuada diante da Revolução do 7 de abril, cantada nas folhas liberais de todo o império como

a regeneração do Brasil. Algumas das mudanças políticas consolidadas depois de 1831, todavia, foram anunciadas antes da queda de Pedro I. Uma delas, sempre recorrente, era a questão do poder local, da administração da justiça e da apropriação dos instrumentos da violência pública nas localidades. Alguns dos homens que viriam a se rebelar em 1832, já haviam sentido os sopros da mudança no final do Primeiro Reinado, quando foi criada a Justiça de Paz. A renovação das lideranças oligárquicas não obedecia necessariamente fronteiras ideológicas. A longo prazo, sabe-se que os juizados de paz foram sendo paulatinamente esvaziados de suas atribuições, até virarem posições quase que decorativas, exceto em tempos de eleição, pois eram eles que presidiam as mesas de qualificação, que decidiam quem era eleitor ou simples votante. Todavia, no momento em que foi criada, a Justiça de Paz foi saudada pelos liberais na câmara como uma grande conquista.

Em primeiro lugar, era um cargo eletivo, e não uma indicação do presidente da província ou do ministério. Além disso, as atribuições dos juizes de paz, principalmente o poder de polícia nas localidades e o julgamento de pequenas causas, eram percebidos como um contrapeso ao poder dos capitães-mores e dos demais magistrados, designados pelas instâncias do poder central e provincial. Thomas Flory sugere com razão que, no começo, as prerrogativas dos juizes de paz eram tão amplas que eles terminaram se tornando quase que pequenos régulos nas localidades.¹⁶ Era ainda um cargo rentável, haja vista seu poder de fiscalização dos mercados locais e a prerrogativa de julgar pequenas causas e encaminhar (ou não) para seus donos os quilombolas capturados. Segundo o irônico padre Lopes Gama, "o cargo de juiz de paz, na mão de quem o sabe aproveitar, é uma mina".¹⁷

A relevância desses cargos no Primeiro Reinado pode ser aquilatada pelo vigor da mobilização eleitoral em todo o Império, entre 1828 e 1830. Foi esse o foco de muitos conflitos. Onde quer que houvesse um proprietário rural capaz de reinar incólume sobre uma determinada localidade, seria ele o juiz de paz de sua freguesia, ou então algum apaniguado seu. Mas onde havia mais de um proprietário com poder, haveria uma disputa, que poderia terminar se resolvendo como sempre acontecia entre homens de honra e poder nessa época, ou seja através da violência pura e simples. Como a Justiça de Paz envolvia uma jurisdição bem menor do que a dos capitães-mores terminava servindo, também, para assimilar

novas elites ao corpo do estado. Eram muitas as freguesias. E outras tantas poderiam ser criadas a qualquer momento. Nesse sentido, portanto, era um instrumento a mais de legitimação do Estado imperial e de sua constituição. Para os eleitos advindos das elites emergentes, a Justiça de Paz lhes permitiria exercer legalmente poderes e prerrogativas que antes só poderiam alcançar de fato, e não de direito. É natural que os capitães-mores procurassem ocupar o maior número possível de freguesias com juizes de paz de sua confiança. A Justiça de Paz ganharia ainda mais importância depois da criação da Guarda Nacional, que foi acompanhada da extinção do corpo de Ordenanças, e consequentemente de suas patentes, das quais a de capitão-mor era a mais alta nas localidades.

O resultado é que, num dado momento da história imperial, funcionavam simultaneamente a Justiça de Paz, a Guarda Nacional, as Ordenanças (mesmo que à margem da lei) e as milícias pagas. Como era possível a mesma pessoa ocupar essas posições simultaneamente, na prática esse arcabouço institucional representava a justaposição de instâncias de controle, com hierarquias e atribuições que se entrecruzavam.¹⁸ Da perspectiva do Estado imperial e do governo provincial, era uma forma de assimilar as lideranças locais ao corpo do Estado, que dessa forma se fazia presente nas mais longínquas localidades. Da perspectiva das elites locais, ter o poder de polícia legalmente sancionado aumentava seu controle sobre a população livre pobre e sobre os escravos, já que eram os juizes de paz os encarregados de perseguir os quilombos. Embaixo de tudo isso, o povo, sobre o qual recaiam mil exações, a obrigação de servir como ordenança ou guarda nacional, de ceder suas posses quando requisitadas por tropas em operações.

A Abrilada, em 1832, foi o resultado dessas tensões, que só cresceram depois do 7 de abril de 1831. Foi uma reação articulada entre oficiais de primeira linha e milícias, junto a proprietários rurais buscando depor o presidente da província e o comandante das armas. Essa articulação envolveu inclusive os Cavalcanti, interessados em atingir um antigo adversário, que então ocupava a presidência da província, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, irmão do presidente da Confederação do Equador, de cuja derrota os Cavalcanti talvez tenham sido os maiores beneficiários.¹⁹ Correram rumores de que as reuniões preparatórias do levante aconteceram no principal engenho deles, o Suassuna.²⁰ Os militares envolvidos pretendiam evitar

suas dispensas, perseguição e suspensão de soldos. Para os proprietários rurais, o objetivo do levante era evitar que seus adversários locais, que eles haviam perseguido em 1824 ou mesmo em 1817, pudessem ir à forra.

A Abrilada foi liderada por Francisco José Martins, um oficial que, em 1824, comandou os efetivos enviados do Recife para combater os adversários do governo provincial pernambucano que, em julho daquele ano, decretaria a Confederação do Equador. Todavia, uma vez chegando em Barra Grande, onde desembarcara a esquadra mandada do Rio de Janeiro, ele aderiu ao partido dos Cavalcanti e do imperador Pedro I, comandando então tropas no ataque à Confederação do Equador. Sua traição não seria facilmente perdoada após a queda de Pedro I. Segundo seus adversários, nos anos seguintes, ele se tornou amigo pessoal de Pedro I. Correram até rumores de que havia se encontrado pessoalmente com o ex-imperador na Europa depois da abdicação, tramando sua volta triunfal.²¹ Em sua defesa, os levantados afirmaram sua lealdade à Regência, mas renegaram a influência da Sociedade Federal sobre o governo provincial, levando à prisão de vários cidadãos, inclusive brasileiros natos. Queixavam-se ainda da dispensa do batalhão 53, composto em sua maioria de portugueses, a serviço da causa do Brasil desde a Independência.²² E de fato, o argumento dos amotinados não era de todo infundado, como prova a adesão à Abrilada não apenas de portugueses abastados, como o negociante de escravos José Francisco de Azevedo Lisboa, mas também de caixeiros portugueses, soldados dispensados do serviço depois do 7 de abril e mesmo de um ex-major do extinto Batalhão dos Henriques.²³

No combate, durante a Abrilada, os amotinados chegaram a ocupar a principal fortaleza do bairro portuário, que foi bombardeada por duas embarcações fundeadas no porto. Um 60 pessoas teriam morrido durante o motim.²⁴ Derrotados, os levantados deixaram suas posições e marcharam em direção à povoação de Vitória de Santo Antão, na beira da serra, na entrada do agreste. Lá encontrariam o apoio do capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo, que defendera a Coroa em 1824, pelo que foi condecorado pelo governo imperial. Como capitão-mor do termo, Torres Galindo exercia suas prerrogativas o mais amplamente possível. No final do Primeiro Reinado já havia queixas nos jornais sobre sua desenvoltura ao desfilar abertamente com suas tropas particulares em

sua área de influência. Nas eleições do final do Primeiro Reinado, ele finalmente confrontou a oposição na arena eleitoral. Foi derrotado, tanto para a câmara de Vitória, como para juiz de paz. Seu poder de fato, todavia, continuava intocado. Um ano depois, continuava exercendo suas prerrogativas de capitão-mor, desfilando com sua tropa de cavalaria em Vitória e suas imediações.²⁵ Torres Galindo estava bem armado e municiado pelo próprio Estado, que recorreu novamente aos seus préstimos em 1829, quando um grupo de liberais distribuiu panfletos atacando o imperador durante as eleições na freguesia de Afogados, no Recife.²⁶ Torres Galindo comandou a repressão aos liberais panfletários em sua jurisdição. Não era à toa a animosidade da imprensa liberal mais exaltada contra ele.

Após o 7 de abril, Torres Galindo foi acusado de colaborar com a Revolta de Pinto Madeira, que incendiava o sertão do Ceará, espalhando-se até Pernambuco.²⁷ Torres Galindo teria fornecido armas a Pinto Madeira, que proclamava a volta de Pedro I. Quando Martins marchou para encontrá-lo, em abril de 1832, procurou o homem certo. Torres Galindo mobilizara efetivos, distribuira armas e articulara um amplo leque de aliados pelo interior a fora para depor o presidente e o comandante das armas. A Abrilada, portanto, tinha um nexó com os grandes proprietários rurais que haviam se beneficiado da derrota da Confederação do Equador, ou mesmo da longínqua Insurreição de 1817, já que em ambas as oportunidades, o gado, os cativos, os bens e mesmo as terras dos rebeldes foram tomadas por seus adversários locais. Os homens que mais se destacaram na repressão aos liberais eram justamente o alvo das novas autoridades provinciais civis e militares guindadas ao poder depois da abdicação.

Vale a pena ressaltar, todavia, que muita gente modesta também participou da repressão a 1824 – mais brutal do que em 1817 –, sendo recompensada por seus feitos militares. Inúmeras foram as promoções nos quadros das milícias e ordenanças locais, além de outras tantas compensações econômicas, inclusive com o saque dos derrotados. Havia até índios entre os colaboradores do imperador, o que não é de se estranhar, pois algumas das principais comunidades sediadas na zona da mata sul há muito colaboravam com a Coroa, pois eram descendentes diretos dos povos trazidos por Domingos Jorge Velho, ou estabelecidos pelo governador de índios, Antonio Pessoa Arcoverde, para conter o renascimento

do quilombo dos Palmares. Torres Galindo foi instrumental na mobilização de inúmeros posseiros e pequenos e médios proprietários que, como ordenanças e milicianos, haviam defendido a Coroa contra a Confederação do Equador. A Abrilada estava extinta. Mas, a resistência contra a nova ordem ganhara adeptos entre a gente mais modesta da zona da mata sul, nas proximidades do porto onde a esquadra imperial havia aportado, tanto em 1817 como em 1824. Muitas dessas pessoas habitavam em modestas cabanas nas matas que circundavam a zona ca-naveleira. Eram os cabanos propriamente ditos.

Entre os homens mobilizados por Torres Galindo, um dos mais importantes para a eclosão da rebelião no interior foi Antonio Timóteo (ou Thimóteo) de Andrade, ou simplesmente Antonio Thimóteo. Escrevendo em agosto de 1832, o comandante da guarda nacional de Garanhuns, Lourenço Bezerra Cavalcanti, disse que Timóteo comandava 500 homens, fundando um verdadeiro "governo provisório" na povoação de Panelas de Miranda. No mês seguinte, segundo o comandante das armas de Pernambuco, havia 1.000 homens sob o comando de Timóteo que se destacara na repressão à Confederação do Equador.²⁸ A retomada de Panelas não seria fácil para as forças empregadas contra os "themotistas". Chamado de negro por um oficial que o combateu, Timóteo foi um dos responsáveis diretos pela mobilização dos índios. Foi morto em combate, atirando atrás de um tronco. Seus irmãos continuaram a luta. Um deles, João, tornou-se um dos principais líderes cabanos. Nos arredores de Panelas havia fartura de alimentos para os cabanos, segundo as autoridades provinciais. Aquele distrito foi sempre um dos principais pontos de apoio do exército cabano.²⁹

Em nenhum outro local da província, todavia, talvez houvesse tanto apoio à Coroa como na fronteira com Alagoas. Foi ali, em Barra Grande, que desembarcou a esquadra enviada do Rio de Janeiro, tanto em 1817 quanto em 1824, fincando seu quartel-general nas duas ocasiões, mudando a economia e a política local, distribuindo recompensas aos colaboradores. A facção das elites locais aliada à Coroa, em 1817, recebeu como recompensa a emancipação da comarca das Alagoas. Em 1824, a repressão foi mais violenta. Os adversários da Confederação do Equador foram para a fronteira com suas tropas particulares para se juntar às tropas imperiais. Em 1832, os aliados da Coroa que viviam naquelas imediações

estavam acuados. Entre os donos de terra, um dos mais importantes na Cabanada foi o coronel Manoel Joaquim de Barros, o Barrinhos, que lutou praticamente até o fim. Chamado pelo comandante das armas para se entregar em 1833, respondeu que não era ele que havia começado a guerra, pois apenas defendia o altar e dom Pedro I. Rendeu-se apenas após os apelos do bispo e depois da morte de Pedro I, em setembro de 1834, que impossibilitava a restauração.

Conforme demonstrou Manoel Correia de Andrade, os cabanos tinham muitos simpatizantes dentre as elites locais. Todavia no jogo da política provincial, havia outros insatisfeitos com os rumos do governo. E nem todos eram restauradores ou corcundas. Como bem disse um artigo no *Diário de Pernambuco*, havia gente que participou da Confederação do Equador em 1824, que, em 1831, havia se tornado "barragrandista", ou seja, áulicos da monarquia.³⁰ Entre aqueles que apoiavam os cabanos, por exemplo, estava ninguém menos do que o general Abreu e Lima, um filho do padre Roma, o herói de 1817, e figura de muito prestígio entre os liberais da província. De uma certa forma, ao resistirem por tanto tempo, os cabanos terminaram catalisando a seu favor as insatisfações daqueles que se sentiram de alguma forma fulminados pelo 7 de abril. Até na Corte, apareceram vozes de apoio aos rebeldes das matas de Pernambuco e Alagoas.³¹

Assim, a queda de Pedro I guindou ao poder local os perseguidos em 1824. As condecorações concedidas pela Coroa no Primeiro Reinado, de nada valiam em 1832. Agora, os cofres provinciais estavam abertos para armar proprietários rurais antes acuados por aqueles que haviam se destacado na repressão a 1824. Para combater Torres Galindo, Antonio Timóteo e seus aliados na zona da mata sul e no agreste, foi designado o capitão Carapeba, um homem que havia sido condenado à morte pela Comissão Militar por sua participação direta na Confederação do Equador. Suas instruções eram claras. Ele contava com o apoio dos cofres públicos, mas poderia também requisitar ou alugar o que bem quisesse pelo caminho, inclusive "cavalgadura". Tinha o direito de invadir até as casas para cumprir fielmente sua missão. Levava consigo tropas de primeira linha, artilharia, o Batalhão de Caçadores e a Guarda Municipal, aos quais se juntaram guardas nacionais comandadas por proprietários com engenhos na área do conflito, ou seja, homens diretamente interessados em submeter a população local a seu jugo.

No total, Carapeba contava com mais de mil homens bem armados, municiados e recebendo soldos. Número que crescia à medida que os proprietários rurais apresentavam-se com seus guardas nacionais. Em setembro de 1832, somente entre Jacuípe e Lage do Canhoto, comandava 1240 praças.³²

A campanha de um contingente dessa magnitude pelo interior, invadindo casas, requisitando o que precisasse, recrutando, castigando e até matando quem bem quisesse, não poderia deixar de causar imensos transtornos. Isso, ressalte-se, em localidades onde o braço estatal, até então, raramente se fizera presente a não se para recompensar eventuais colaboradores da repressão a 1817 e 1824. Em janeiro de 1833, uma folha local denunciava a brutalidade das tropas, que além de saquearem as propriedades por onde passavam, frequentemente serviam para as vinganças pessoais de seus comandantes. Não foram poucos os assassinatos e roubos praticados até pelos oficiais das ordenanças e guardas nacionais.³³ Como os comandantes das tropas civis que apoiavam Carapeba eram proprietários na área do conflito, a guerra tornou-se um instrumento de controle sobre a população local, sobre a posse da terra e das matas. Para ordenanças e guardas nacionais, havia chance de saque. Esses problemas eram reconhecidos até pelo Comandante das Armas de Pernambuco. Segundo o major Santiago, a tropa do juiz de paz de Barreiros, por exemplo, era formada por gente "valente na guerra". Todavia, após derrotarem os inimigos, dela se apoderava um "espírito de roubo" que não havia castigo que resolvesse.³⁴ A violência contra a população não respeitava idade ou sexo. Uma folha liberal, favorável ao combate radical contra os cabanos, menciona que circulavam boatos em Alagoas de que a insurreição de Panelas se devia a um "defloramento" praticado pelo capitão Carapeba.³⁵

Nos primeiros meses de operações, o capitão Carapeba esteve na ofensiva, buscando capturar ou matar os principais líderes da rebelião e dispersar suas tropas. Por mais que a correspondência oficial tente indicar sua habilidade e moderação, há claros indícios de que a intervenção das tropas foi brutal. Somente na acanhada povoação de Barra Grande, queimaram 30 casas ao retomá-la dos rebeldes.³⁶ As lavouras encontradas eram sistematicamente destruídas. Não faltaram castigos corporais, além de pesar sobre a população o recrutamento para a Guarda Nacional. A historiografia costuma reservar o termo recrutamento

apenas para os que eram levados à força para servir nas tropas de primeira linha. Os demais eram “engajados”. Todavia, o serviço na Guarda Nacional podia ser penoso, demorado e envolver risco de vida. Salvo exceções, o que havia era um recrutamento de fato. A maior prova de que os homens “engajavam-se” contra a vontade eram as inúmeras deserções. Às vezes, mais fugas do que deserções. Na calada da noite, no meio dos combates, a qualquer momento os engajados fugiam com suas armas. Nem todos eram jagunços. A maioria eram lavradores, sem nenhum entusiasmo para combater os cabanos. Na retórica dos comandantes, todavia, eram apenas covardes. Era assim que pensava o tenente João Bloem, quando contou ao seu superior que uma força de 75 a 100 homens foi atacada por um pequeno grupo de cabanos, mas ao invés de resistir fugiu, indo se esconder no forno de uma fábrica de farinha. Como o forno ainda estava quente, terminaram se queimando.³⁷ Para escapar do serviço militar na guerra, havia ainda aqueles que simplesmente se mudavam quando eram convocados. Por essa razão, em janeiro de 1833, o comandante das operações contra os cabanos solicitou ao presidente da província que autorizasse os juizes de paz a prender os moradores que tentassem se mudar, quando recebessem a notificação de sua convocação.³⁸ Os castigos físicos contra os desertores eram brutais, aterrorizando a população local. Mas o efeito dessas medidas muitas vezes era o contrário do esperado. Muita gente ia se esconder nas matas, onde sendo acolhida pelos rebeldes, que ganhavam mais adeptos a cada batalha vencida. As deserções dos guardas nacionais também eram muitas. O pior é que levavam as armas consigo e, não raro, juntavam-se aos rebeldes. À medida que avançava o ano de 1832, a situação se agravava. Em dezembro de 1832, o governo resolveu promover o recrutamento para o Exército na área do conflito, aterrorizando ainda mais a população.³⁹

Um outro problema enfrentado por Carapeba eram as distâncias que deveriam ser cobertas por suas tropas. Era preciso uma permanente mobilidade e, eventualmente, dispersão, pois era preciso espalhar piquetes e enviar batalhões para pontos diversos, num perímetro, segundo medidas da época, de 10 por 40 ou 50 léguas. Sua tropa era obrigada a dividir-se em vários batalhões. É certo que contava com a pronta ajuda de alguns grandes proprietários rurais, como José Pedro Veloso da Silveira, senhor de vários engenhos. Mas nem sempre era assim.

São inúmeras as queixas na correspondência pela falta de apoio dos proprietários rurais ou mesmo das milícias e guardas nacionais, principalmente as que vinham de Alagoas. Logo começaram os primeiros fracassos. Em várias ocasiões as comunicações entre as guarnições e o quartel general foram cortadas pelos cabanos. Entre 1832 e 1834, o arraial de Jacuípe foi tomado e retomado pelos rebeldes mais de uma vez. Panelas era outro ponto difícil de ser mantido pelas tropas do governo. Barra Grande e Porto Calvo, povoações importantes, com portos naturais apropriados para a chegada da esquadra de d. Pedro – que nunca viria – também foram tomadas pelos cabanos.⁴⁰

No final de 1832, as tropas do governo haviam guarnecido bem as principais vilas e povoações no perímetro da rebelião, empurrando os rebeldes para as matas. Todavia, já estava mais que evidente que a guerra não iria acabar tão cedo. Vicente de Paula começava a despontar como o principal líder rebelde. Àquela altura, eles eram chamados simplesmente de “salteadores”. Na prática, todavia, no final de 1832 havia de fato um exército cabano. Em janeiro de 1833, ao atacarem e retomarem o arraial de Jacuípe, os cabanos possuíam uma peça de artilharia e marcharam a toque de caixa, corneta e pífanos.⁴¹ Tinham uma farda. Usavam “camisa e ceroula tinta” [sic].⁴² A diversidade cabana, todavia, era grande. São muitas as referências nas fontes à “gente das matas” e “papa-méis”, o batalhão de ex-escravos comandado por Vicente de Paula. Muitos escravos fugiram para se juntar aos cabanos. Em setembro de 1832, chamaram os rebeldes de Panelas de “quilombo de escravos, assassinos e ladrões”.⁴³ No dia 12 de janeiro de 1833, um maciço ataque cabano retomou o ponto de Pacavira. Seu líder era um “homem branco”, mas a maioria deles eram “índios e homens encoirados[sic]”.⁴⁴

Essa ampla base social dos cabanos deixa entrever que não havia apenas proprietários temendo as consequências das mudanças políticas após o 7 de abril. Para os homens pobres livres, o serviço militar era um caminho para a ascensão econômica e social. Era possível auferir ganhos econômicos através dos feitos militares a serviço dos grandes potentados locais. O mesmo se pode dizer dos cativos mais robustos, ou habilitados no manejo de armas, frequentemente empregados pelos proprietários rurais para sua proteção pessoal. Todavia, quem servia o patrão e/ou senhor nas querelas locais podia ser capturado e exemplarmente

punido pela nova ordem. No caso dos escravos, não é de se estranhar que muitos tenham aderido a Vicente de Paula, que costumava levá-los dos engenhos que atacava. Claro que nem todos escolhiam a rebelião. Os cabanos também mataram cativos em seus ataques. Todavia, dentre os efetivos à disposição do principal líder da Cabanada, nenhuma tropa era mais temida do que o seu batalhão de escravos, os "papa-méis". O nome em si é significativo. O papa-mel, a irara dos índios, é um animal agressivo e arisco. Com o tempo, tornou-se frequente a fuga de cativos para se juntar aos cabanos.

Da mesma forma, os povos indígenas também não estavam alheios à política senhorial. Ao contrário, eles frequentemente se envolviam nas querelas senhoriais por um motivo muito simples, eles percebiam claramente que as alianças com as oligarquias dominantes serviam para garantir a posse da terra. Eram muitas as comunidades indígenas na zona da mata nessa época. Aqueles que ajudaram a combater Palmares receberam terras como compensação por seus serviços. Era esse o caso dos índios de Jacuípe, que também colaboraram com a repressão a 1817 e a 1824. É natural que fossem odiados pelos proprietários prejudicados naqueles eventos. Da perspectiva dos índios de Jacuípe, todavia, o imperador estava do seu lado. As comunidades que viviam dentro ou nas margens das florestas, com frequência eram ainda acusadas de caçar o gado que se desprendia dos currais. Também eram acusados de não respeitarem as autoridades locais, o que aliás era plenamente justificado, já que eram percebidos por elas apenas como mão de obra barata e ocupantes indesejados de terras próprias para canaviais. A bem da verdade, as terras dos índios de Jacuípe eram cobiçadas pelos proprietários rurais muito antes do conflito estourar. Em 1829, Manoel Zeferino dos Santos, que viria a ser presidente da província em 1832, apresentou um parecer ao Conselho de Governo da Província, sobre a vinda de colonos europeus para Pernambuco. Para ele, um dos poucos locais onde ainda havia terras devolutas férteis era no vale do rio Jacuípe.⁴⁵ O resultado de tanta pressão é que, em setembro de 1832, os índios de Jacuípe já estavam levantados. Só eles eram 800 arcas. Mas também havia índios de outros grupos servindo nas tropas de Carapeba. Todavia, logo os desentendimentos começaram. Os nativos eram acusados de desordens e indisciplina, de tal forma que se decidiu prender seu cacique e recrutar para as forças de primeira linha todos os índios de 18

a 25 anos, apesar da ilegalidade da medida. Os nativos que estavam com as tropas do governo amotinaram-se e aderiram aos cabanos.

A guerra tornava-se assim mais violenta à medida que avançava o ano. No final de 1832, os cabanos já eram senhores das matas. Quando fustigados, cruzavam a fronteira com Alagoas onde a pressão era menor e as matas ainda mais espessas. Até então, as autoridades provinciais emitiam proclamações bastante moderadas conclamando a gente das matas à rendição. A de 8 de dezembro de 1832 serve de exemplo. Nela, o presidente argumentava que Pedro I estava muito ocupado tentando colocar dona Maria II no trono português para ir até Pernambuco, mesmo porque isso seria prejudicial para seu próprio filho, Pedro II. Negava ainda que a regência fosse contra a religião.⁴⁶ Nos meses seguintes, a razão deu lugar ao terror puro e simples. Em fevereiro de 1833, quando Vicente de Paula já se consolidara como o principal líder cabano, foi lançada uma proclamação que começava indicando para quem era direcionada: "Brasileiros degenerados". O resto era uma violenta diatribe contra os rebeldes, concluída com uma declaração de guerra.⁴⁷ Segundo a correspondência das autoridades militares, os cabanos respondiam com a mesma moeda, roubando, matando, saqueando, sem perdão. Eram muitos. Tinham comandantes hábeis e corajosos. Em fevereiro de 1833, de acordo com um oficial que esteve com Vicente de Paula tentando negociar sua rendição, somente ele comandava um exército pessoal bem armado e disciplinado de 600 homens.⁴⁸

Os efetivos do governo também foram aumentando rapidamente. Um reforço importante foi a vinda de mais tropas de primeira linha de Fernando de Noronha, que incluía soldados presos, indultados em troca da espinhosa tarefa de guerrear os cabanos. Todavia, os custos da operação aumentavam proporcionalmente ao tamanho dos efetivos e dos gastos com munição e víveres. Além disso, o soldo da Guarda Municipal era muito alto para os padrões costumeiramente pagos aos ordenanças e guardas nacionais em operações e mesmo aos milicianos, causando um problema inesperado, pois ficou difícil conseguir quem aceitasse receber menos. Logo apareceram as primeiras queixas pelo atraso nos soldos. Em janeiro de 1833, o *Mentor Pernambucano* denunciava que muito dinheiro havia

sido enviado para Panelas, não justificando as constantes queixas dos soldados pela falta de víveres e do jornal que lhes era devido.⁴⁹

Quase um ano depois do início de sua missão, em abril de 1833, Carapeba foi surpreendido por um ataque de 300 cabanos ao seu quartel general, em um momento em que tinha consigo apenas 50 homens. Não esperava tamanha ousadia e destreza dos rebeldes, que conheciam como ninguém a região. Carapeba levou duas balas ao sair da casa onde estava. Sua viagem ao Recife foi longa, tanto pela distância como pela dificuldade de deslocamento, agravada pela proximidade dos cabanos, sempre fustigando as tropas do governo. O capitão não resistiu aos seus ferimentos. Faleceu no Recife, causando grande comoção. Ele havia deixado a cidade num clima de otimismo. Mas, após gastar imensos recursos, voltou moribundo. A guerra estava longe do fim. Havia deixado de ser um problema local. No Voto de Graças à Fala do Trono de maio de 1833, é mencionada a guerra nos "confins de Pernambuco e Alagoas".⁵⁰

A substituição de Carapeba não foi fácil. Nos meses seguintes, o comandante das armas, José Joaquim da Silva Santiago, e o presidente da província, Manoel Zeferino dos Santos, se desentenderam. Na correspondência com as autoridades imperiais, culpavam-se mutuamente pelo fracasso na guerra.⁵¹ Dessa correspondência, bastante ácida, vale ressaltar, ficam evidentes alguns dados importantes. De acordo com o comandante das armas, suas cartas para o presidente eram publicadas sem sua autorização, tornando públicas suas dificuldades, fortalecendo assim os cabanos, que tinham simpatizantes no Recife. Queixava-se ainda que o presidente reformava e concedia licenças sem consultá-lo. O presidente defendeu-se das acusações, mas não podia negar a falta de sintonia com o major Santiago. Ambos, todavia, queixavam-se da falta de apoio dos proprietários rurais e da falta de disciplina da Guarda Nacional. Essa correspondência também evidencia a falta de unidade de comando, exceto nas tropas de primeira linha, que, por outro lado, continham um excessivo número de oficiais. Por sua vez, os grandes proprietários rurais, mesmo quando colaboravam, faziam as coisas do seu jeito, pois seu principal interesse era defender suas propriedades, engabelar mais terras e controlar a população de sua área de influência.⁵²

Também fica claro nessa correspondência que os cabanos não estavam isolados nas matas. Eles eram apoiados por alguns proprietários rurais e habitantes do Recife, de onde vinha a munição. A população local, por sua vez, não podia deixar de se sentir acuada diante da brutalidade dos sucessivos comandantes das forças do governo, que ordenavam a queima sistemática de todas as lavouras encontradas, ao ponto do major Santiago ter queimado por engano um “milharal” pertencente ao próprio presidente da província. A correspondência militar confirma essa política de terra arrasada, a destruição sistemática de cabanas, roçados e casas de farinha encontradas. Essa política agravava a fome e a miséria da população rural pobre que fugia para as matas, aderindo à rebelião.

Da perspectiva das tropas do governo, além dos perigos da guerra, havia ainda outros problemas a enfrentar, entre os quais a rejeição da moeda de cobre recebida como pagamento. O problema começou quando um comerciante não quis aceitá-las, alegando que eram chanchan – onomatopeia perfeita para as moedas falsas de cobre, que faziam esse barulho num saco, mas não eram realmente dinheiro. A solução do coronel Santiago foi negar tudo e mandar prender o pobre do comerciante. Houve também denúncias da falta de dinheiro nos maços para pagamento em papel moeda. A questão do chanchan causou muita comoção. A tropa de primeira linha quase se amotinou. Aumentaram as deserções entre os guardas nacionais, muitos dos quais iam se juntar aos cabanos. O presidente e o comandante das armas acusavam-se mutuamente pelo episódio.

Em julho de 1833, as tropas sob o comando direto do major Santiago, nas suas palavras, haviam sido “reduzidas” para 2.388 homens, incluindo uns 400 feridos ou doentes.⁵³ Nesse mesmo mês, ele oficiou ao ministro da Guerra expressando sua angústia, quase desespero, quanto ao andamento da guerra. Assinaram com ele vários oficiais. Era um relato pungente, tanto dos recorrentes atritos com o presidente de Pernambuco, que não atendia suas requisições, como da guerra, que prometia ser longa e violenta, contra um inimigo arisco, que evitava o confronto direto, atacava sempre de surpresa e fugia quando confrontado com vigor. Cada vez que as tropas conseguiam desalojar os tais “salteadores” de algum lugar, imediatamente ocorriam ataques em outros pontos próximos das matas. As povoações de Altinho, Panelas e Porto Calvo foram tomadas pelos cabanos em

diferentes ocasiões. O arraial de Jaculpe, posição fundamental para as operações, como vimos, foi ocupado e reocupado pelos "salteadores" que, quando em vantagem numérica, atacavam rápida e eficazmente as guarnições distribuídas por um amplo raio de acampamentos nas proximidades da fronteira entre Alagoas e Pernambuco. Aproveitavam-se da impossibilidade das tropas ocuparem todas as posições ao mesmo tempo e manobravam habilmente, entrando das matas quando eram batidos, saindo subitamente a partir de outros locais, surpreendendo o comandante das armas com sua desenvoltura e habilidade tática. Enquanto os cabanos recebiam cada vez mais adeptos, os guardas nacionais e ordenanças mostravam-se insubordinados. Desertavam levando os armamentos e muitas vezes iam se juntar aos revoltosos.

Foram várias as tentativas para convencer os líderes cabanos a se renderem com promessas de anistia. Numa dessas articulações, em fevereiro de 1833, Vicente de Paula teria aceitado se entregar. De acordo com o oficial que relatou o episódio, foi nessa ocasião que ele revelou ser filho do cônego da capela imperial Manoel Tavares da Silva Coitinho. Vicente trazia 600 homens consigo, mas pediu oito dias para poder confabular com Barrinhos e os demais líderes, afirmando que eles, todavia, não eram nada sem ele, já que possuía toda a munição rebelde. O acordo não foi cumprido, ao invés de se render, Vicente de Paula seguiu para Barra Grande, atacando e derrotando a guarnição, que se rendeu entregando-lhe as armas e a munição existentes. Aproveitando, voltou às matas e à luta, para grande decepção das autoridades pernambucanas. Assinando-se "Comandante da Força Defensora de Sua Majestade Imperial", enviou uma carta na qual declarava que os "rústicos brasileiros" defendiam a santa religião católica, Pedro I e sua dinastia e eram contra a Regência. Foi essa atitude de Vicente de Paula, desprezando a oferta do governo e aproveitando a oportunidade para atacar os inimigos, que levou o major Santiago a declarar guerra, emitindo a proclamação que chamava os cabanos de "brasileiros degenerados".⁵⁴ Assim, Vicente de Paula pouco a pouco consolidava sua liderança. Numa carta a Pinto Madeira, datada de agosto de 1833, ele confirmava seu desprezo pelos "jacubinos", que queimavam as casas dos habitantes, mesmo em tempo de paz. Dizia então ter 3.550 homens sob seu comando.⁵⁵

Em janeiro de 1834, Manoel de Carvalho Paes de Andrade assumiu a presidência da província. Sua posse foi celebrada pelos liberais exaltados de Pernambuco que orquestraram petições e ameaças de levante, pressionando o presidente anterior, Almeida e Vasconcelos, a demitir-se, permitindo que Manoel de Carvalho assumisse interinamente a presidência e depois definitivamente, nomeado pela Regência. Antes, em janeiro de 1834, ele já havia sido eleito pela Paraíba e ungido senador pela Regência. Nos dez anos que haviam se passado desde que presidira a Confederação do Equador, Manoel de Carvalho aprendera que era difícil confrontar diretamente os Cavalcanti e Araújo Lima, seus maiores adversários em Pernambuco. Manoel de Carvalho teria um papel importante na renovação dos quadros da oposição na província, ao designar para Chefe de Polícia o magistrado Nunes Machado, futuro líder do Partido Praieiro. Não obstante, em 1834, seu maior desafio era a guerra na fronteira com Alagoas, então presidida por Chichorro da Gama, que, em 1845, assumiria a presidência de Pernambuco sob a égide do Partido Praieiro.

A aliança militar entre os presidentes das duas províncias possibilitou a unificação do comando, permitindo que as tropas pudessem cruzar a fronteira sem maiores embaraços. Em fevereiro de 1834, Manoel de Carvalho deslocou-se pessoalmente para o teatro da guerra, levando um reforço de 600 homens. Foi elaborado um plano circunstanciado para cercar a área do conflito. A política de terra arrasada foi intensificada, sendo delimitado um perímetro, além do qual todos os que fossem encontrados deveriam ser tratados como inimigos. As matas cabanas deveriam ser batidas constantemente. Foi mantida, todavia, a promessa de anistia aos que se rendessem voluntariamente.⁵⁶

Essa política teve resultados, mas não de imediato, ou ao menos não como se esperava. Os cabanos resistiam. Além da capacidade de luta, impressionava as autoridades a soberba dos cabanos. Em outubro de 1833, um prisioneiro convenceu o comandante geral das operações em Alagoas a soltá-lo, para que pudesse ir buscar sua família, que estava escondida em uma caverna. O prisioneiro estava "amarelo", com os pés inchados, quase incapaz de ação, nas palavras do coronel Joaquim José Luís de Souza. Mas ao ser solto, bastou alcançar o topo de um ou-

teiro para vituperar os maiores impropérios contra o coronel. Jurando vingança, desapareceu mata adentro.⁵⁷

Em fevereiro de 1834, os cabanos mais uma vez foram capazes de tomar o quartel-general em Jacuípe, mesmo havendo lá duas peças de artilharia. Não obstante, em abril, diante do grande número de rebeldes que se rendiam famélicos e doentes, o governo provincial exultava, pensando que os cabanos estavam acudados diante do volume das forças do governo e da nova estratégia empregada. Havia piquetes em vários pontos por onde costumavam sair das matas, e varreduras constantes com batalhões experientes contando com batedores indígenas. Foi prometida a anistia aos que se rendessem, e guerra sem quartel contra quem permanecesse dentro do perímetro traçado. Reunidas, as tropas de Pernambuco e Alagoas, em operação nas imediações de Porto Calvo, chegavam perto de cinco mil homens em março de 1834.⁵⁸

Em maio de 1834, todavia, os cabanos ainda eram suficientemente fortes para, mais uma vez, atacar e retomar o arraial de Jacuípe. Nos meses seguintes, todavia, o garrote foi apertado, sufocando os "habitantes das matas", os moradores das tais cabanas, que quando encontradas eram destruídas.⁵⁹ Os meses de chuva eram particularmente cruéis para os combatentes de ambos os lados, haja vista o grande volume de baixas entre as tropas já experientes, devido a doenças resultantes das picadas de insetos, frio e umidade. Foi nessa época, em 1834, que o coronel Joaquim José Luís de Souza fez uma impressionante descrição dos insurgentes, publicada por Manoel Correia de Andrade. Nela escreveu que as crianças cabanas aguentavam dias sem nada para comer. Quando era possível, os cabanos pescavam, caçavam e fabricavam farinha, mas quando não tinham nada disso, alimentavam-se do que encontravam, largatixas, orelhas de pau e insetos. Para pegá-los, segundo o coronel, era preciso ficar de tocaia, como quem caça um veado no mato.⁶⁰ Em maio de 1835, a Cabanada estava no fim. Não estava nos planos das autoridades anistiar Vicente de Paula, cada vez mais dependente da sua tropa de papa-méis.

Segundo o comandante das operações, o coronel Joaquim José Luís de Souza, desde março de 1835, quando começou a nova estratégia, até maio do mesmo ano, 1.072 cabanos foram presos e 2.326 mortos "à bala". Em junho, algo em torno

de 1.021 pessoas haviam se rendido.⁶¹ A Igreja também apoiou o governo provincial. O bispo de Pernambuco deslocou-se para a região do conflito e mobilizou um pequeno exército de padres conclamando os cabanos à paz. Essa medida foi de suma importância, pois havia padres entre os cabanos que consideravam os “jacubinos”, como dizia Vicente de Paula, profanos e contrários à religião. A “gente das matas” desistia da luta, entregando as armas, pelas quais recebiam até quatro mil réis.⁶² Entre eles havia inúmeros camponeses e índios. A anistia concedida atraiu vários líderes cabanos. João Timóteo, Serafim Soares, Barrinhos e outros comandantes cabanos também se apresentaram no inverno de 1835.⁶³

Para o comandante das armas de Pernambuco, todavia, todos eles eram apenas “chefes parciais” da revolta. Restara o principal, Vicente de Paula, que, em abril de 1835, estipulou suas condições de rendição. Anistia para si, alforria para os papa-méis, permissão para que ele e seus seguidores pudessem manter suas armas. Em maio, Vicente de Paula mandou um vigário sondar se era verdadeira a anistia que lhe havia sido oferecida desde ano anterior. Na ocasião, foi visto acompanhado de uns 600 homens, o mesmo número de dois anos antes. Mas o líder cabano, o comandante de todas as matas, logo descobriu que a anistia não se estendia mais a ele, muito menos aos papa-méis. Suas condições, se é que foram sequer consideradas, eram inaceitáveis. De acordo com o comandante das armas, Vicente de Paula então fugiu com seus “negros aquilombados”.⁶⁴ Na última vez em que foram vistos pelas autoridades naquele ano, Vicente e seus papa-méis estavam reduzidos a uns 50 a 60 homens.⁶⁵ Era como se seu poder estivesse reduzido a uma caricatura do que fora antes. Ledo engano. A influência de Vicente de Paula continuava imensa. Quando frei Messina esteve com ele em 1842, ficou claro que ainda era o líder incontestável da gente das matas, que continuaria arredia ao braço do Estado e do capitalismo agrário ao menos até que a estrada de ferro alcançasse Água Preta, algumas décadas depois, transformando grande parte das antigas matas cabanas em canavial de usinas.

A Cabanada incita uma questão instigante para a historiografia brasileira, pois foi uma revolta cujos principais protagonistas foram homens pobres do interior, índios e cativos foragidos em luta contra o Estado imperial. Os objetivos expressos da revolta, todavia, contradizem o que se esperava de um movimento de

resistência armada dessa natureza. Os cabanos lutavam explicitamente pela restauração de dom Pedro I. Não há porque pensar que estivessem levantando essa bandeira restauracionista, absolutista até, para disfarçar outros objetivos pouco conhecidos. A bravura dos cabanos, e as articuladas respostas enviadas por seus líderes aos oficiais que os combatiam, não deixam dúvidas: era por Pedro I que lutavam. O que cabe, portanto, é entender o significado da restauração para eles. A volta de Pedro I, como bandeira política, mesmo que utópica, tinha significados distintos para os grupos sociais que a defendiam.

Os "pés de chumbo" urbanos que pugnaram pela restauração do imperador, certamente estavam defendendo seus interesses políticos e econômicos, afinal de contas, no sistema patronal brasileiro, a mudança do comando político da nação significava um rearranjo total na distribuição de favores e benesses. Os militares que se revoltaram nas capitais provinciais após o 7 de abril, por exemplo, lutavam pela sua carreira, não queriam ser rebaixados, muito menos dispensados sem o pagamento do soldo ou qualquer garantia de aposentadoria que, na época, dependia de um processo incerto, cabendo às esferas mais altas do governo decidir cada caso discricionariamente. A queda de Pedro I, portanto, poderia levar um militar e sua família à miséria. Para os burocratas que dependiam dos seus empregos, a abdicação jogara-os na incerteza, ou mesmo na pobreza. Era preciso buscar uma nova posição nas malhas patronais do Estado bragantino, ou então, torcer pela volta do *status quo ante*: a restauração.

O que significava então a restauração de Pedro I para os cabanos?

A queda de Pedro, como vimos, guindou a posições de comando no aparato estatal provincial homens perseguidos nos anos anteriores por capitães mores e comandantes de milícias locais. Não é surpreendente, portanto, que, em 1832, tanto o presidente da província, como a família do seu desafeto, o comandante das armas, possuísem terras no perímetro das operações do capitão Carapeba, ou seja, na área onde estourou a Cabanada. O mesmo se pode dizer de vários outros proprietários rurais envolvidos no conflito. É relevante notar que não houve nenhuma participação significativa de guardas nacionais da zona da mata norte de Pernambuco apoiando as tropas a serviço do governo provincial, ou mesmo de quaisquer outras freguesias distantes da zona de conflito. As razões para isso são

simples. Proprietários rurais que não podiam expandir a fronteira de suas posses ou sua influência político-eleitoral na área da Cabanada, não tinham nenhum interesse em mandar sua clientela para a luta. Já os proprietários locais viram ali uma oportunidade para engabelar terras devolutas e ampliar seu poder de mando sobre a população livre pobre. Isso independia de ideologias. Foi isso que fez o coronel José Pedro Velloso da Silveira, senhor de vários engenhos. A Cabanada deu-lhe a oportunidade de expandir sua influência política sobre a zona da mata sul. Logo no começo do conflito, ele marchou com cem homens para se juntar a Carapeba. Nos anos seguintes, ele ficaria sempre do lado do Partido Conservador nos embates eleitorais. Inclusive na Praieira, quando seu sobrinho Pedro Ivo Velloso da Silveira, ao contrário do tio, tornou-se o maior expoente militar do exército praieiro.

Entre os cabanos, como vimos, também havia muitos proprietários rurais. Não foram poucos os capitães-mores vinculados à repressão a 1817 e 1824, que se armaram depois do 7 de abril, temendo represálias. Para se defenderem, armaram também seus dependentes e clientela rural. O fato de que alguns dos principais protagonistas da Cabanada tivessem postos nas Ordenanças é um forte indício de uma ampla malha clientelar em funcionamento. Torres Galindo era capitão-mor. Manoel Affonso de Mello, sargento-mor. João Batista de Araújo, um tenente-coronel, tal como Manoel Joaquim de Barros, o Barrinhos. Vicente de Paula estava na ponta menor dessa malha. Subiu ao comando geral de todas as matas por seus feitos militares e não por sua origem social. Dessa malha, a serviço dos sucessivos governos provinciais no Primeiro Reinado, também faziam parte comunidades indígenas na fronteira entre Alagoas e Pernambuco.

Perceber que, no começo da Cabanada, seus líderes estavam inseridos numa malha clientelar mais ampla, não significa dizer que a Cabanada foi mais um daqueles movimentos de protesto quase oficiais, tão frequentes na história do Brasil. Pelo contrário, o que deve ser enfatizado é o significado mais amplo do movimento, que não pode ser reduzido a um protesto barulhento de "selvagens", como queriam as autoridades provinciais. O clientelismo é uma das dimensões políticas da Cabanada. A malha clientelar é um canal através do qual flui a comunicação política entre as classes. Mas cada ponta da malha clientelar interpreta à sua maneira o discurso transmitido. Vale salientar que essa malha não é apenas

um contexto, mas também uma relação entre agentes cujos poderes relativos estão em permanente teste. O poder flui entre as várias pontas dessa malha hierarquizada. Não falta tensão, esgarçando os liames que prendem os agentes entre si. Eventualmente, rasga-se um elo, que pode se ligar a outros nós, outras malhas. As hierarquias são criações humanas. Elas podem ser reinventadas. Por vezes até invertidas. Vicente de Paula é um claro exemplo dessa inversão: um fraco que tornou forte, um dependente que se transformou em caudilho. Seu discurso em favor de Pedro I representa a interpretação da gente das matas sobre os atos do governo provincial, ou seja, da Regência, que declarou guerra contra eles. Para os cabanos mais pobres que lutaram até a morte, a rebelião tinha como objetivo a manutenção da posse da terra e a defesa do seu modo de vida contra o braço estatal que só os alcançava através de seus agentes mais diretos, os proprietários rurais investidos do comando das tropas de segunda linha, ou através das tropas vindas da capital, cujo objetivo era recrutá-los ou tomar-lhe seus bens mais preciosos, inclusive a vida e a honra da família.

Dirceu Lindoso deu uma relevante contribuição para o entendimento da Cabanada ao lembrar que as matas entre Alagoas e Pernambuco eram reservadas à marinha imperial. A Coroa, portanto, dava à gente das matas alguma proteção, mesmo que apenas nominal, contra os grandes proprietários rurais. A queda de Pedro I representou o fim dessa proteção, facilitando a ocupação da fronteira entre as províncias pela cana-de-açúcar.⁶⁶ Convém acrescentar, todavia, que aquela população não estava tão isolada do mundo exterior, como sugeria Lindoso. Não existem matas intocadas pela mão humana. Pelo contrário, desde o período colonial que os índios de Jacuípe e os demais habitantes das matas estavam inseridos na política local e provincial. A questão é a escala desse envolvimento e a capacidade de escolher em que lado e, até que ponto, se envolver. A gente das matas, os cabanos propriamente ditos, buscou interferir na política imperial, não apenas se defendendo, mas também atacando as guarnições avançadas e o quartel general das tropas imperiais, tentando ocupar posições estratégicas fora das matas, inclusive povoações na costa, onde deveria desembarcar a esquadra restauradora que nunca viria.

A gangorra de 1831 guindou antigos adversários de proprietários rurais locais a posições de comando em diversas localidades. As tropas enviadas não se

contentaram em buscar prender Torres Galindo e seus aliados em 1832. Para os proprietários rurais que se juntaram ao capitão Carapeba, era a oportunidade para intervir de forma direta e brutal numa área onde ainda havia terras férteis, mas devolutas. A gente das matas foi então perseguida, violentada e recrutada, pois era preciso discipliná-la para, quem sabe, futuramente substituir a mão de obra escrava. Em 1832, portanto, houve uma acirrada disputa entre os habitantes mais pobres da fronteira entre as províncias e os proprietários rurais vinculados à ordem instalada depois do 7 de abril de 1831. Entre os insurgentes havia escravos foragidos, índios ameaçados de recrutamento e do esbulho de suas terras, posseiros que viviam de suas lavouras, da caça e da pesca. A gente das matas teve como aliados circunstanciais na guerra, alguns dos proprietários rurais condecorados por ajudarem a reprimir a Confederação do Equador.

A ascensão de Vicente de Paula a líder máximo do movimento devia incomodar os senhores de engenho contrários ao governo instalado depois do 7 de abril, principalmente pelo fato dele liderar um exército em que escravos fugitivos ocupavam uma posição de destaque. Quando finalmente se rendeu, em 1835, um dos proprietários rurais envolvidos na Cabanada expressou sua satisfação com o fim da guerra dizendo que nunca havia gostado da “companhia de negros”.⁶⁷ Vicente de Paula era uma ameaça à propriedade escrava. Sua pobreza material, testemunhada por frei Messina, contrasta com a pecha de ladrão de escravos que lhe era imputada. Os cativos que o seguiam, na realidade deixavam-se “roubar”, ou seja, escolhiam viver sob a sua liderança. Vicente de Paula é um personagem que se aproxima do modelo ideal do “bandido social”, indicado por Eric Hobsbawm. Era um criminoso para as autoridades, mas um herói para a população local.⁶⁸ Isso não o impediu de tentar conseguir a anistia e ser assimilado, mantendo, todavia, sua influência de fato. No começo dos anos 1840, ele pleiteou a patente de oficial da Guarda Nacional, o que obviamente lhe foi negado.⁶⁹

A diligência de Carapeba em 1832 foi uma intrusão brutal no modo de vida de populações que viviam ou nas matas, ou nos limites entre elas e os engenhos próximos à costa. A leitura dos relatórios sobre as operações contra os rebeldes indica que nem todos os cabanos viviam na floresta fechada, ou pretendiam ficar sempre escondido em locais onde, como disse frei Messina, o sol não entrava nem

ao meio dia. Muitos foram empurrados para as matas, fugindo do exército que os perseguia. Entre 1832 e 1835, todas as vezes que podiam, os cabanos saíam das matas para atacar, chegando até as povoações do litoral onde deveria desembarcar a esquadra restauradora. As terras onde viviam eram férteis e devolutas, segundo disse Manoel Zeferino dos Santos em seu parecer de 1829. Os cabanos, portanto, defendiam direitos tradicionais: a posse da terra, a relativa autonomia em face do nascente Estado nacional. Entre eles havia índios, posseiros, vaqueiros, e ex-cativos foragidos. Todavia, eles estavam sintonizados com a situação política mais ampla através da malha clientelar que repassou benefícios a todos os que participaram da repressão a 1817 e 1824. A volta de Pedro significava a manutenção desses direitos e benefícios, que eram poucos, mas que foram violentados a partir da operação comandada pelo capitão Carapeba em 1832. No caso dos papa-méis, todavia, a agenda da Cabanada era quase revolucionária. Desejavam alcançar a liberdade pelas mãos de Pedro I, a quem acreditavam estar servindo com intensa lealdade.

Em 1835, Vicente de Paula tentou conseguir a anistia para si e seus seguidores, incluindo a alforria para seus papa-méis e a permissão para que sua gente pudesse manter suas armas. A demanda por esses direitos e o desejo de Vicente de Paula de conseguir uma patente da Guarda Nacional na década seguinte demonstram que os cabanos não desejavam apenas o isolamento. A bem da verdade, talvez preferissem a assimilação, mas como homens livres, com terra para cultivar, matas para uso comunal e habilitados a portar armas.

Entre os oficiais que foram combater os cabanos em Água Preta, estava o tenente de artilharia Pedro Ivo Velozo da Silveira. Anos depois, em 1848, Pedro Ivo se tornaria um dos personagens mais conhecidos da Rebelião Praieira, sendo imortalizado por Castro Alves como símbolo da resistência liberal contra o Império. Depois da derrota dos praieiros na tentativa de tomar o Recife, em fevereiro de 1849, Pedro Ivo retirou-se para as antigas matas cabanas, onde ficou escondido sob a proteção de proprietários rurais vinculados ao partido praieiro, muitos dos quais haviam combatido os cabanos na década anterior. A família do próprio Pedro Ivo e de vários outros líderes políticos havia construído engenhos

onde antes só havia floresta. Os “jacubinos” [sic], de que falava Vicente de Paula, haviam de fato se apropriado de terras que antes pertenciam à gente das matas.

Notas

- 1 Sobre a Praieira o leitor pode consultar o respectivo capítulo neste livro.
- 2 Manuel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, 2ª ed., Recife, Editora da UFPE, 2005, cap. VII, segunda parte (1ª ed. 1965); General Mello Rego, *A Revolução Praieira*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, p. 178-179; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (doravante IAHGPe), Estante A, Gaveta 16, 26/11/1842; Arquivo Público Estadual João Emerenciano (doravante Apeje), Relatório de Honório Hermeto Carneiro Leão à Assembléia Provincial, 18/05/1850.
- 3 Veja-se a carta de Vicente de Paula no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), Ministério da Guerra, IG-1 94, 09/01/1833. Veja-se ainda, Luis Sávio de Almeida, “Memorial Biographico do Capitão de Todas as Matas”, tese de doutorado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1995, *passim*. Francisco A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, Recife, Fundarpe, 1983-1985, v. 9, p. 535.
- 4 Apeje, “Relatório do Presidente José Bento da Cunha Figueiredo a Assembléia Provincial em 1854”; Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, *op. cit.*, p. 228.
- 5 Literalmente, quer dizer jornada dos bobos, ou dos otários, em alusão à Revolução de 1830 na França, que derrubou Carlos X sob a promessa de reformas liberais e constitucionais, mas que terminou guindando ao poder o Duque de Orléans, Luís Felipe, um primo do rei deposto, cujo governo caracterizou-se pela corrupção. A repressão aos liberais constitucionalistas e republicanos, os “bobos” que fizeram a revolução, continuou.
- 6 Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, Paris, Garnier, 1897, v. 1, p. 22-23 e *passim*. Roderick Barman, *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*, Stanford, Stanford University Press, 1988, p. 158-159.
- 7 Gervásio participara de 1817 e era ligado a Manoel de Carvalho Paes de Andrade, mas escapou de se envolver na Confederação do Equador por estar no Rio de Janeiro no momento em que eclodiu a revolta.
- 8 Apeje, Juizes Ordinários, v. 2, 18/11/1829; Correspondência da Corte, v. 32, 04/06/1831. *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/10/1829, 08/06/1831, 03/08/1831. Ofício de 11/07/1831, *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/08/1831. “Ordem do dia”, 14/07/1831, *Diário de Pernambuco* (Recife), 14/07/1831. Pereira da Costa, *Anais*

- Pernambucanos*, op. cit., vol. 9, p. 405-406. ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 64, 10/02/1830, 08/03/1830.
- 9 *Aurora Fluminense* (Rio de Janeiro), n.d., apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/12/1831.
 - 10 *Diário de Pernambuco* (Recife), 19/10/1831.
 - 11 "Correspondência Oficial," 03/12/1831, *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/01/1832.
 - 12 Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, op. cit., v. 9, p. 399-400.
 - 13 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 64, 28/07/1830.
 - 14 Sociedade secreta a favor do absolutismo e contrária à Constituição. Reunia gente importante em várias províncias, inclusive na Corte. Fortalecida no final do primeiro reinado, esvaziou-se após a abdicação.
 - 15 Apeje, Correspondência da Corte 33, 31/08/1831. *Diário de Pernambuco* (Recife), suplemento ao número 18, 1831. *Ibidem*, 10/11/1831. Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, op. cit, cap. 2. Sobre a Setembrizada, veja-se: Marcus J. M. de Carvalho, "O encontro da soldadesca desenfreada com os cidadãos de cor mais levianos no Recife em 1831", *Clio*, v. 1, 1998, p. 109 - 137.
 - 16 Thomas Flory, *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social Control and Political Stability in the New State*, Austin e Londres, University of Texas Press, 1981, p. 66.
 - 17 *O Carapuceiro* (Recife), 07/09/1832.
 - 18 Sobre os reflexos que a ocupação simultânea de vários cargos tinha sobre a estrutura de poder e sobre a política imperial, veja-se: José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, Rio de Janeiro, Campus, 1981, cap. 4, *passim*.
 - 19 Sobre os Cavalcanti, o leitor pode consultar o capítulo sobre a Praieira neste livro.
 - 20 Uma vez evidenciada a impossibilidade da vitória, os Cavalcanti sabiamente se recolheram da cena política, retirando-se para suas propriedades no interior até que passasse o momento de maior tensão. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (do-rávante IHGB), Lata 219, docs. 45, número 1 a 4, 24/04/1832.
 - 21 *O Harmonizador* (Recife), 17/05/1832. *O Carapuceiro* (Recife), 28/04/1832. Carta de 05/06/1832, *O Equinoxial* (Recife), 10/08/1832.
 - 22 ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1, 14/04/1832, 18/04/1832.
 - 23 "Correspondência Oficial," 17/04/1832, *Diário de Pernambuco* (Recife), 26/04/1832. ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 270, 17/04/1832.
 - 24 IHGB, Lata 219, docs. 45, números 1 a 4, 24/04/1832.
 - 25 Apeje, Câmara Municipal v. 7, 03/02/1829, 07/03/1829; Juizes Ordinários 2, 20/04/1830; Ata da Reunião de 30/03/1830, *Atas do Conselho de Governo*, transcrição de Acácio José Lopes Catarino e Hercy Lais de Oliveira, Recife, Assembléia Legislativa, 1997, p. 94.

- 26 Pedro I chegou a suspender os direitos constitucionais na província por causa desse episódio, conhecido como República dos Afogados. Sobre o assunto, veja-se Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, *A Idéia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco, 1824-1834*, Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 301-310.
- 27 As oligarquias do Crato apoiaram a Confederação do Equador como uma estratégia para consolidar seu poder local. Em Jardim, todavia, o coronel Pinto Madeira e seus aliados colaboraram com a brutal repressão ao movimento de 1824. Nos anos seguintes, Pinto Madeira tentou ampliar sua esfera de influência. Mas sua autonomia e soberba incomodavam as autoridades locais e provinciais. Era filiado à coluna do trono e do altar. Derrotado nas eleições no final do Primeiro Reinado, resistiu à mão armada à perda de suas prerrogativas. O general Labatut foi enviado para o Ceará para combatê-lo em 1830. Após o 7 de abril, a Revolta de Pinto Madeira, apesar de não contar com o apoio de Pedro I, passou a ser encarada como um movimento restauracionista. Feijó chegou a escrever ao governo de Pernambuco informando que Pedro I, no exílio, aprovava o levante no sertão. "Correspondência Oficial," 09/03/1832, *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/04/1832. Sobre a Revolta de Pinto Madeira, veja-se: João Alfredo de Sousa Montenegro, *Ideologia e Conflito no Nordeste Rural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.
- 28 Incansável, ainda procurava remanescentes da república em 1826, quando a província já estava pacificada, após as execuções e a dispersão dos líderes remanescentes.
- 29 Apeje, *Ofícios do Governo* vol. 34, 27/02/1832, 29/02/1832, 09/04/1832, *Presidentes de Província*, v. 8, 13/08/1832. ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1 694, 09/09/1832 e 24/09/1832. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante BNRJ), Seção de Manuscritos, I-32, 11, 2, 13/08/1832, 14/09/1832, 28/09/1832; II-32, 2, 2, 12/09/1832. João Pereira Callado, *História de Lagoa dos Gatos*, Recife, FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1981, p. 136, 181. Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, *op. cit.*, cap. 3 e p. 61.
- 30 *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/07/1831.
- 31 Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, *op. cit.*, *passim* e "documentos" 8 e 11.
- 32 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1, 270, 20/04/1832. Apeje, *Presidentes de Província*, v. 8, 19/09/1832.
- 33 *O Mentor Pernambucano* (Recife), 05/01/1833.
- 34 Apeje, *Comando das Armas*, v. 1, 01/02/1833.
- 35 Apeje, *O Equinoxial* (Recife), 05/11/1832.
- 36 Apeje, *Presidentes de Província*, v. 8, 19/09/1832.

- 37 Apeje, Comando das Armas, v. 1, 27/01/1833.
- 38 Apeje, Comando das Armas, v. 1, 25/01/1833.
- 39 BNRJ, II-32, 2, 12, 10/12/1832. Apeje, Presidentes de Província, v. 8, 24/10/1832. ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1 694, 03/11/1832; Ministério da Guerra, IG-1 65 10/12/1832.
- 40 Apeje, Câmaras Municipais, v. 10, 04/05/1832. ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 270, 25/07/1833; IG-1 65, 10/12/1832, 18/05/1834.
- 41 ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1 694, 20/01/1833.
- 42 ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1 694, 20/02/1833. Numa ocasião, o comandante de Porto de Pedras prendeu seis cabanos, três trajavam "camisas tintas"; os outros três eram papa-méis. Depois mataram mais três. Todos também com "camisas tintas". Veja-se também BNRJ, I-32, 11, 2, 28/12/1833.
- 43 Apeje, *O Equinocial* (Recife), 14/09/1832.
- 44 BNRJ, I-32, 11, 2, 15/01/1833, 17/01/1833.
- 45 Ata da reunião do dia 11/08/1829, Conselho de Governo de Pernambuco, *Atas do Conselho de Governo (1821-34)*, *op. cit.*, p. 93.
- 46 BNRJ, I-32, 11, 2, "Proclamação", *Typographia Fidedigna*, 08/12/1832.
- 47 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 65, 27/02/1833.
- 48 ANRJ, Ministério da Justiça, IJ-1 694, 20/02/1833.
- 49 *O Mentor Pernambucano* (Recife), 01/01/1833. ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 270, 10/12/1832, 01/06/1833, 25/07/1833. Apeje, Comando das Armas, v. 1, 07/01/1833, 12/01/1833.
- 50 *Falas do Trono*, São Paulo, Melhoramentos/ Instituto Nacional do Livro-MEC, 1977, p. 159. ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 270, 01/06/1833, 13/07/1833, 25/07/1833.
- 51 Os sucessivos desentendimentos entre os presidentes da província e outras autoridades, principalmente militares, resultaram nas Carneiradas, motins liderados pelos irmãos Carneiro, denunciando a anistia concedida a proprietários envolvidos na Abrilada, a falta de pulso dos sucessivos presidentes contra os aliados dos cabanos no Recife, e a pesada influência local dos Cavalcanti, Araújo Lima e outros áulicos de Pedro I. Mário Márcio de Almeida, "As Carneiradas", *Clio*, Recife, n. 3, 1980. Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, *op. cit.*, p. 187-201. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, *op. cit.*, v. 10, p. 3-6, 47-55.
- 52 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 270, 13/07/1833, 25/07/1833; IG-1 65, 27/02/1833, 15/05/1833, 25/05/1833, 12/06/1833, 27/07/1833.
- 53 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 270, 13/07/1833.
- 54 BNRJ, I-32, 11, 2, 28/11/1832. ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 65, 26/02/1833.
- 55 BNRJ, I-32, 11, 2, 10/08/1833.

- 56 BNRJ, I-32, 11, 2, 19/02/1834, 03/03/1834, 21/03/1834.
- 57 BNRJ, I-32, 11, 2, 27/10/1833.
- 58 BNRJ, I-32, 11, 2, "Proclamação", 16/03/1834.
- 59 BNRJ, I-32, 11, 2, 03/03/1834. ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 65, 11/04/1834, 18/05/1834.
- 60 *Apud*, Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, *op. cit.*, p. 274-277. Veja-se ainda BNRJ, I-32, 11, 2, 28/09/1832, 15/01/1834. ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1, 01/05/1834, 24/05/1834.
- 61 Ministério da Guerra, IG-1 65, 19/05/1835; IG-1 270, 11/06/1835.
- 62 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 94, 24/04/1835.
- 63 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 65, 19/05/1835. IG-1 270, 22/06/1835, 31/07/1835. Ministério do Império, IJJ-9 251, 06/05/1835.
- 64 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 94, 24/05/1835; IG-1 270, 22/06/1835.
- 65 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 65, 23/06/1835.
- 66 Dirceu Lindoso, *A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, *passim*.
- 67 ANRJ, Ministério da Guerra, IG-1 94, 24/05/1835.
- 68 Eric Hobsbawm, *Bandits*, Nova York, Random House, 1981, p. 9-11, 58, 131-142.
- 69 Apeje, Polícia Civil, v. 4, 30/10/1841, 14/10/1841, 29/11/1842.